



## Uma Vila de histórias

A Village of histories

*Gabriela Carolina Dreyer Rambo, Universidade do Estado de Santa Catarina, gabiirambo@gmail.com*

*Renata Rogowski Pozzo, Universidade do Estado de Santa Catarina, sul.renate@gmail.com*

## Resumo

O artigo investiga a produção habitacional do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Empregados em Transportes e Cargas (IAPETC) na cidade de Laguna-SC, ocorrida nos primeiros anos da década de 1950. A cidade apresenta um dos 19 conjuntos construídos pelo Instituto entre os anos 1930 e 1960, conhecido como Vila Operária do IAPETC, ou Vila Operária do Magalhães. O objetivo central é identificar os traços originais da arquitetura do conjunto, composto por 34 casas, em contraponto com as modificações realizadas pelos moradores ao longo do tempo. Interpretamos estas modificações como uma reação às deficiências do projeto e, sobretudo, como expressão da cultura, da identidade e do ciclo de vida (econômico e parental) da família. Como pano de fundo, analisamos os aspectos históricos do investimento do Instituto em habitação e a linguagem arquitetônica da moradia operária brasileira nas primeiras décadas do século XX.

**Palavras Chave:** Vila Operária; IAPETC; Laguna-SC.

## Abstract

The article investigate the habitational production of the Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Empregados em Transportes e Cargas (IAPETC) in the Laguna city (Santa Catarina), occurred on the first years of 1950. The city presents one of the 19 real estates developments built by the institute between 1930 and 1960, known as Vila Operária do IAPETC or Vila Operária do Magalhães. The main objective is identify the original characteristics of the village, composed by 34 houses, on counterpoint with the modifications realized by the residents along the time. We interpreted those modifications less as a reaction of disabilities of the project and more as a cultural expression, of the identity and the life cycle of the family. Besides, was analysed historical aspects of the investment of the Institute on habitation and the architectural language of the brasilian workers house on the firsts decades of the century XX.

**Keywords:** Company town; IAPETC; Laguna-SC.

## INTRODUÇÃO

**A** Vila Operária foi a primeira manifestação racional do modelo de habitação coletiva no Brasil, se considerarmos os cortiços do final do século XIX como uma forma de organização, a princípio, espontânea. Embora as primeiras iniciativas de construção de vilas tenham partido de agentes privados (CORREIA, 2004), os Institutos de Aposentadorias e Pensões foram os grandes responsáveis pela produção estatal do gênero entre as décadas de 1930 e 1960, trabalhando tanto com produção para o aluguel, quanto com o financiamento da casa própria.

Este artigo expressa resultados de pesquisa acerca de um conjunto residencial localizado na cidade de Laguna, Santa Catarina, construído nos primeiros anos da década de 1950 pelo IAPETC, o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Empregados de Transportes e Cargas. Problematizamos o conjunto em questão enquanto elemento explicativo de um momento da história urbana da cidade, e, por outro lado, da história da produção habitacional estatal brasileira. Do ponto de vista urbanístico, pretendeu-se compreender o conjunto como elemento inserido em um contexto espaço-temporal específico, tanto na escala das políticas públicas estatais quanto da própria cidade.

Entretanto, o objetivo central do estudo refere-se ao caráter arquitetônico do conjunto, procedendo-se uma reconstituição das características iniciais das 34 casas que o compõem, identificando alguns padrões e especificidades das modificações realizadas pelos moradores.

Exploramos a questão da apropriação de uma arquitetura padronizada por parte do morador, o que revela certas insuficiências do modelo, bem como adaptações do espaço habitado de acordo com os ciclos de vida familiar. As modificações expressam também aspectos históricos e

culturais. A comum ampliação da cozinha ou a construção de outra cozinha no pátio dos fundos, por exemplo, revela uma inadaptação ao novo modelo das cozinhas compactas do “*habitat moderno*” (MURARD & ZYLBERMAN, 1976 apud CORREIA, 2004), que as vilas começavam a incorporar, e uma expressão da cultura lusobrasileira de manter a cozinha externa em virtude do clima tropical (MARICATO, 1997). Este hábito também é comum entre famílias de pescadores, já que a limpeza do pescado exigiria um local externo à habitação.

Como afirmou Walter Benjamin, “habitar é deixar rastros” (apud BARROS, 2004, p. 64). Percebemos, neste sentido, estas modificações como representações do desejo do morador de converter a simples *casa* em uma *habitação* que expresse a sua identidade (Figuras 1 e 2).



Figura 1 – Uma das casas que apresenta a maior quantidade de traços originais da arquitetura da vila. Fonte: Acervo pessoal de Gabriela C. D. Rambo.



Figura 2 - Uma das casas mais modificadas da vila. Fonte: Acervo pessoal de Gabriela C. D. Rambo.

Estas asserções resultam de um processo de pesquisa que envolveu diferentes fontes e procedimentos metodológicos. Partiu-se de revisão bibliográfica para entender a atuação do IAPETC e a linguagem arquitetônica da vila. A pesquisa documental incluiu acesso às certidões imobiliárias depositadas no Cartório Municipal, bem como a documentos de arquivos pessoais de moradores. Seis casas foram tomadas como estudo de caso, nas quais realizamos entrevista com os moradores valendo-nos do método de *entrevista centrada* tal qual descrito por Morin (1973). As casas objeto de entrevista também foram alvo de análise tipológica, tanto da arquitetura original, quanto de suas modificações. Buscou-se ir além da descrição, objetivando revelar o *sentido do morar* para estas pessoas, nos caminhos traçados por Certeau (1998) e Bachelard (1989).

## VILA OPERÁRIA: ORIGENS E IDEOLOGIAS

Esta forma de habitação coletiva aparece na Europa no contexto da transição para a modernidade industrial, mais especificamente na Inglaterra do século XVIII. O conceito é fruto da utopia socialista criada por Robert Owen, a vila operária de New Lanark, que continha em seu ideal o objetivo de tornar minimamente digna a vida da nascente classe operária (CHOAY, 2005). Rapidamente, o conceito foi apropriado pelo capital, que passou a ver na vila operária uma oportunidade de sobrelucrar a partir do trabalhador, já que muitas vezes eram cobrados alugueis pelas casas. Ao mesmo tempo era uma forma de controle do tempo livre deste e de atrelá-lo paternalisticamente à fábrica.

De qualquer maneira, os relatos sobre a condição da classe trabalhadora da época, dentre eles o de Friedrich Engels (2008), sustentam a necessidade de melhorias nas condições de vida do trabalhador na grande cidade, a começar pela habitação. Expulsos do campo pela prática do

cercamento das terras que se convertiam em pastagens para as ovelhas - matéria-prima para a indústria têxtil - estes camponeses migraram para as cidades industriais em desenvolvimento, não encontrando qualquer condição para sua sobrevivência, a não ser um posto de trabalho exploratório e precário.

Com a grande reforma higienista levada a cabo por Haussmann na Paris oitocentista, a questão da salubridade da habitação operária passou a fazer parte das representações da modernidade urbana em todo mundo ocidental. Imposição de costumes, pensamentos e ideologias eram enfatizadas nestes espaços de habitação coletiva, principalmente através de equipamentos como igrejas e escolas, que disseminavam o pensamento burguês.

No início do século XX o Brasil vive um processo paralelo com personagens diversos. A capital era o Rio de Janeiro, as reformas higienistas foram conduzidas por Barata Ribeiro e Pereira Passos e as transformações na cidade que se queria moderna foram narradas pelo *flanair* João do Rio. A classe operária, no entanto, era a mesma: camponeses migrantes expulsos pela estrutura anti-democrática do campo e atraídos por promessas de uma oportunidade na cidade grande.

Desde o final do século XIX, a habitação operária é vista como um entrave para consolidação de um Brasil moderno. A solução encontrada pela própria classe trabalhadora, o cortiço, não se adequa aos padrões de higiene então estabelecidos pela medicina sanitária, em termos de saúde e de moralidade (CHALHOUB; 1996; CORREIA, 2004). Esta vida “imoral” também apresentava graves consequências para a organização do trabalho, pois prejudicava a produtividade do operário. A vila opõe-se à favela e ao cortiço (Figura 3), imprimindo um novo padrão de vida para o pobre urbano centrado na ordem, na decência e na higiene (CORREIA, 2001).



Figura 3 – Exemplo de um projeto “contrário” às formas de habitação populares, datado de 1940.  
Fonte: Correia, 2004

Tal é o contexto de surgimento da vila operária brasileira, inicialmente produto do investimento privado, cujo termo serve inicialmente para “nomear um grupo de moradias destinadas a operários de um mesmo empreendimento fabril” (CORREIA, 2001, p.84). Até os anos 1930, o papel do Estado concentrou-se em estimular esta produção privada, “com incentivos fiscais, segurança jurídica para os locadores e tolerância em relação às normas edilícias e sanitárias” (BONDUKI, 2014b, p. 19), o que tornava as vilas, formadas por “casas simples, mas higiênicas, salubres e moralmente recomendáveis” (BONDUKI, 2014b, p.19.), um investimento de risco reduzido e de alta rentabilidade.

Segundo BONDUKI (2004b, p. 19) as vilas foram os primeiros conjuntos urbanos de produção seriada de unidades habitacionais, que, “embora construídas artesanalmente, sem componentes pré-fabricados, elas desenvolveram tipologias arquitetônicas novas, baseadas na economia, racionalidade e salubridade”. Apoiando-se em Lion Murard e Patrick Zylberman, Correia (2004, p. 1-2) evoca o conceito de “Habitar Moderno”, concebido no século XIX, para explicar essa

nova moradia restrita à família nuclear, cuja racionalidade “consubstancia-se na ênfase em questões de limpeza e comodidade, na especialização de ambientes e na redefinição dos comportamentos adequados em seu interior”. A transposição da racionalidade do mundo fabril ao ambiente habitacional foi definitivamente consumada pelo conceito de “máquina de morar” formulado pelos arquitetos ligados ao CIAM, especialmente Le Corbusier.

Por fim, Correia (2001, p.84) explica que o termo “vila operária” é utilizado até os anos 1930 para designar experiências diversas: “conjuntos construídos por empresas imobiliárias para aluguel ou venda a proletários urbanos, por empresas ferroviárias para seus funcionários, por indústrias, minas, frigorífico e usinas para os seus operários, técnicos e administradores, e pelo Estado”. Após, quando surge a tipologia de bloco de apartamento moderno, o termo “conjunto habitacional” passa a se difundir para designar tanto casas quanto blocos de apartamentos. A Vila Operária do IAPETC, embora construída em Laguna nos anos 1950, incorpora o velho termo.

Procurando incorporar os significados positivos associados aos projetos habitacionais fabris do início do século, o Estado não apenas se inspira nesses projetos, como toma emprestado o nome “vila operária” ou “vila” para suas primeiras realizações no campo da moradia. [...]. Nos anos quarenta, essa forma de nomear os grupos de moradias persiste nos institutos de aposentadorias e pensões. (CORREIA, 2001, p. 84-85).

## O ESTADO ENTRA EM CENA: A PRODUÇÃO HABITACIONAL DOS IAP’S

A partir da Revolução de 1930, a vontade de materializar o imaginário moderno brasileiro se reafirma com a figura de Getúlio Vargas. No campo da habitação, o Estado passa a regular diretamente a relação trabalhador-capital. Garantir a qualidade da moradia do operário fazia parte da estratégia de desenvolvimento industrial do Estado, que intervém tanto na produção habitacional como na regulação dos aluguéis<sup>1</sup>, o que deslocou os investimentos privados para outros setores da economia, mais estratégicos para o governo.

Um dos marcos institucionais do período foi a “criação das carteiras prediais dos Institutos de Aposentadoria e Pensões (IAPs), a partir de 1937, que os transformou nas primeiras instituições públicas de caráter nacional a produzirem, em número significativo, habitação social [...]” (BONDUKI, 2014b, p.46). Os Institutos de Aposentadoria e Pensões foram criados na década de 1930 e organizados por categoria<sup>2</sup>. Tinham como objetivo criar fundos para garantir a aposentadoria e as pensões aos trabalhadores com carteira assinada e acabaram concentrando nas mãos do Estado grandes recursos. Com o Decreto 1749 de 1937, os IAPs foram autorizados a utilizarem até metade de suas reservas para a “inversão imobiliária”, tendo como objetivo não apenas ampliar o acesso à habitação entre seus associados, mas principalmente dar rentabilidade aos fundos (BONDUKI, 2014b). Ao serem extintos os Institutos, em 1964, suas atribuições habitacionais foram transferidas para o BNH (Banco Nacional de Habitação).<sup>3</sup>

<sup>1</sup> Com o desestímulo ao mercado dos aluguéis (a partir da promulgação da Lei do Inquilinato de 1942), fomenta-se a ideologia da casa própria, que, não sendo acessível a todos os trabalhadores através do financiamento do Estado (entre 1930 e 1960 foram construídas apenas 175 mil unidades, de acordo com Bonduki, 2014b) seria conquistada mediante a autoconstrução em assentamentos precários. Este fato nos ajuda a entender as origens da grande crise urbana brasileira, agravada pelo intenso afluxo de migrantes do interior para os grandes centros.

<sup>2</sup> Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Marítimos (IAPM), dos Comerciais (IAPC), o dos Bancários (IAPB), dos Industriários (IAPI), entre outros.

<sup>3</sup> Em 1966 todos os IAPs foram incorporados pelo INPS (Instituto Nacional de Previdência Social), que em 1990 converteu-se no INSS (Instituto Nacional de Seguridade Social).

A produção dos IAPs realizada antes da Lei do Inquilinato manteve o aluguel como principal forma de acesso. Após, as unidades passaram a ser também financiadas aos associados. Cada Instituto aplicou uma política de produção habitacional diferente, o que reflete em uma grande diversidade na arquitetura resultante. O IAPETC, por exemplo, seguiu a lógica de produzir conjuntos habitacionais populares para os próprios trabalhadores (BONDUKI, 2014a). Outros, focaram no financiamento de condomínios de luxo ou habitação para a elite das categorias profissionais.

Foi o Conselho Nacional do Trabalho, órgão ligado ao Ministério do Trabalho, quem instituiu algumas recomendações<sup>4</sup> para a implantação dos conjuntos habitacionais dos Institutos. O arquiteto Rubens Porto, que em 1938 lançou o livro *“O problema das casas operárias e dos Institutos de Caixas de Pensões”* foi um dos assessores do Conselho. Segundo Bonduki (2014b), Porto foi influenciado pelo Congresso Internacional de Arquitetura Moderna de 1929, portanto, defendeu a standardização e racionalização das construções.

Segundo Almeida (2009) a produção arquitetônica dos Institutos não poderia perder a qualidade, a habitabilidade, o conforto e a higiene, mesmo visando uma arquitetura barata para se enquadrar ao salário dos trabalhadores. Primando pela funcionalidade dos ambientes, os ornamentos e as áreas de circulação foram eliminados. Do ponto de vista tecnológico, o banheiro e a cozinha ganham atenção, esta última, apresentando uma proposta funcional e compacta.

## O IAPETC

O primeiro IAP a ser criado no Brasil foi o dos Marítimos (IAPM), em 1933. Cinco anos depois, em 1938, foram criados o Instituto de Aposentadoria e Pensões da Estiva (IAPE) e o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Empregados em Transporte e Cargas (IAPETC)<sup>5</sup>, a partir das Caixas de aposentadoria e pensões dos operários estivadores e dos trabalhadores em trapiches e armazéns, ambas criadas em 1934, sendo que em 1945 o primeiro foi incorporado pelo segundo (BONDUKI, 2014a).

Segundo a ampla análise apresentada por Bonduki (2014a), das 2888 unidades construídas pelo IAPETC, cerca de 40% localizou-se no Rio de Janeiro e 20% no estado de São Paulo. Bonduki (2014a) inventariou 19 conjuntos<sup>6</sup>, somando 2176 unidades. Destes, 12 são conjuntos de casas, que somam aproximadamente 950 unidades. Entretanto, os dois maiores conjuntos são mistos de blocos de apartamentos e casas. Além disso, Bonduki (2014a, p.269) acrescenta que “nos conjuntos do IAPETC predominavam unidades de dois ou três quartos, com área variando de 40m<sup>2</sup> a 75m<sup>2</sup>, sendo relevante a ausência de equipamentos sociais em grande dos conjuntos analisados”.

Analisando os conjuntos de casas produzidos pelo Instituto, verificamos muitos elementos comuns aos projetos: presença da varanda; cozinha reduzida; dois quartos; tanque

<sup>4</sup> A produção habitacional desses Institutos foi bastante heterogênea, revelando que a maioria deles não teve uma concepção orientadora para o desenvolvimento dos seus projetos. (BONDUKI, 2014a).

<sup>5</sup> O IAPETEC chegou a possuir 250 mil associados, sendo o terceiro maior instituto do país.

<sup>6</sup> São estes: Conjunto Residencial Getúlio Vargas (Porto Alegre), Conjunto Residencial Waldemar Falcão (Rio de Janeiro), Vila Guarabu (Rio de Janeiro), Núcleo Residencial Mooça (São Paulo), Conjuntos Residenciais Darcy Vargas e Duque de Caxias (Rio de Janeiro), Conjunto Residencial Castro Alves (Salvador), Conjunto Residencial Enguaguaçu (Santos), Edifício Alpino (Rio de Janeiro), Conjunto Residencial Vila Sabará (São Paulo), Vila Aberlardo Conduru (Belém), Vila dos Estivadores (Belém), Vila de Santos (Santos), Vila Barão de Mauá (Rio do Janeiro), Vila Agamenon Magalhães (Recife), Sítio Boqueirão (Recife), Vila Residencial de Siderópolis (Siderópolis) e o Conjunto Residencial do IAPETEC (Laguna).

externo; pátio frontal e dos fundos; eliminação dos espaços de circulação e eleição da sala como ponto de distribuição (Figura 4).

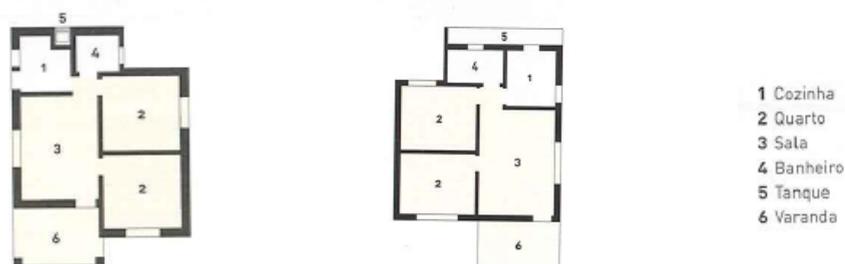


Figura 4 – À esquerda, planta de um dos tipos do Conjunto Residencial Getúlio Vargas, de Porto Alegre. Em seguida, a planta da Vila do IAPETC, de Laguna. Fonte: Bonduki, 2014a.

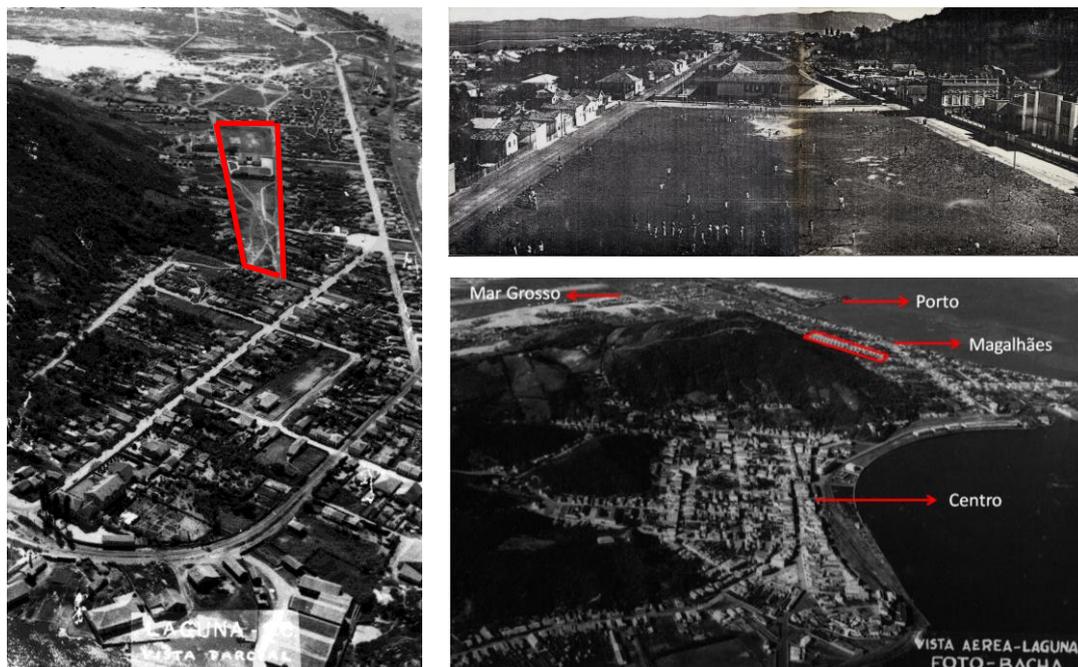
## VILA OPERÁRIA DO MAGALHÃES - LAGUNA, SANTA CATARINA

A Vila e o bairro Magalhães, onde foi construída, estão relacionados a uma das funções chave da cidade de Laguna: a função portuária. A própria fundação do povoado que daria origem à cidade, no século XVII, liga-se ao fato deste ser um ponto estratégico nas disputas pelo Território do Prata, constituindo o último ancoradouro para as tropas portuguesas. No século XVIII a cidade tem seu primeiro grande impulso de crescimento a partir imigração açoriana. A população passa de 2,5 mil pessoas em 1770 para 9 mil em 1820, o que movimenta a função portuária. Nesta época desenha-se a primeira segregação social no espaço urbano, quando da expansão da ocupação para além da área que hoje conhecemos como o “centro histórico” em direção aos arrabaldes do Magalhães (LUCENA, 1998). Neste bairro estabeleceram-se marinheiros e soldados e, no século XX este também foi um dos locais receptáculos de conjuntos residenciais para as classes populares urbanas.

Entretanto, sem dúvida, a passagem do século XIX para o XX foi o grande momento econômico para a cidade, quando esta configurava-se como o principal porto exportador da produção dos prósperos vales atlânticos do sul do estado.<sup>7</sup> É nos últimos anos deste ciclo de ascensão da atividade portuária que Vila Operária é construída. Conforme Bonduki (2014a, p. 285) “O conjunto destinava-se aos estivadores do porte de Laguna, que, nas décadas de 1940 e 1950, constituía um importante ponto de embarque de carvão da região de Criciúma para as novas siderúrgicas da região Sudeste do país”.

Segundo relatos de moradores, durante a Segunda Guerra Mundial houve a presença na região de militares, cujo comparecimento se fez inclusive no terreno em questão, com um viés curioso, em que o espaço era utilizado como uma espécie de hipódromo improvisado para corrida de cavalos, sendo o solo preparado com camadas densas de carvão e de terra que tornavam este mais sólido e propício para a atividade. Mesmo assim, o terreno ainda apresentava a característica de ser alagadiço, sendo que normalmente era utilizado como um campinho de futebol, além de ser atravessado por uma gama de caminhos que conectavam partes do bairro. No período de chuvas ele alagava, servindo também de espaço de trabalho para as lavadeiras de roupa da região (Quadro 1).

<sup>7</sup> Esta ascensão duraria pouco, pois o baixo calado característico dos portos estabelecidos em baías abrigadas logo causaria a estagnação do porto de Laguna, seguida do desenvolvimento portuário de Imbituba.



Quadro 1 - À esquerda, o terreno marcado no contexto urbano, onde vemos os caminhos e passagens entre as casas. À direita e acima, uma vista da Praça Polidoro Santiago em direção ao terreno da Vila, localizado atrás da Escola Ana Gondim. À direita e abaixo, a inserção urbana do conjunto. Fonte: Acervo de Antônio Carlos Marega. Adaptadas pelas autoras.

O conjunto conhecido como “Vila Operária de Laguna” ou “Vila do IAPETC” foi averbado no Cartório de Registros de Imóveis em 1954 em um terreno doado pela Prefeitura Municipal em 1952. A doação consta na Transcrição nº 8401, datada de 11 de fevereiro de 1952, onde encontra-se o seguinte registro do imóvel:

Terreno urbano à Praça Polidoro Santiago, medindo 8.328,90 m<sup>2</sup>, dividido em duas quadras, medindo a primeira quadra 5.358,8 m<sup>2</sup> e a segunda 2.970,1 m<sup>2</sup>, confrontando a oeste largo da Travessa do Veiga; leste Grupo Escolar Ana Gondim; sul com as Ruas que vão se construir. Adquirente: Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Empregados em Transportes e Cargas. Transmitente: Prefeitura Municipal de Laguna. Escritura de doação feita deste Cartório em 11.02.1952.

A primeira averbação trata do registro das 34 casas, e data de 10/07/1954:

Foi construído pelo “IAPETC” 34 casas residenciais isoladas, com área construída 55,60m<sup>2</sup> cada uma, cercada por muros e com calçada para a Rua, conforme declaração apresentada hoje pelo instituto, no valor de Cr\$ 83.000,00 cada uma, que fica averbada.

Até a extinção do IAPETC as casas mantiveram-se alugadas aos moradores. Com a incorporação do Instituto ao INPS, em 1966, e a criação do BNH, a situação precisou ser regularizada. O artigo 65 da Lei 4.380 de 1964<sup>8</sup>, que institui o BNH e Serviço Federal de Habitação

<sup>8</sup> Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L4380.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4380.htm). Acesso em 29/10/16.

e Urbanismo, discorre que a partir da data de vigência desta lei as Carteiras Imobiliárias dos Institutos de Aposentadoria e Pensões não poderiam mais iniciar novas operações imobiliárias.

O decreto 56.793 de 1965<sup>9</sup> regulamenta a venda dos imóveis dos IAPs, determinando que estas atingiriam os integrantes das operações dos Planos A (caso dos conjuntos residenciais do IAPETC) e que a venda seria a vista ou a prazo, neste último caso, financiado por um período não superior a 30 anos. Determina, ainda, formas de avaliação do valor do imóvel, os juros mensais e a suspensão da venda caso o morador deixasse de pagar 4 prestações. No decreto consta também que as unidades locadas a segurados dos IAPs objeto de garantia de transferência de propriedade não seriam vendidas a terceiros. O inquilino ou ocupante teria preferência para adquirir o imóvel. Incluiu-se, inclusive, um contrato de promessa de compra e venda padrão como anexo ao decreto.

Verificamos em uma das escrituras públicas da Vila, um “Contrato Particular de Promessa de Compra e Venda” firmado entre o INPS e o morador. Neste consta que o valor do terreno com a casa deveria ser pago em 240 prestações. Esta Promessa de Compra e Venda foi firmada na mesma data com outros moradores de imóveis no Brasil, em consonância com a Lei 5.049 de 1966<sup>10</sup> que determinou em seu artigo 2º que os Institutos de Aposentadoria e Pensões deveriam efetuar no prazo de 12 meses a venda de seus conjuntos e unidades residenciais.

Em 1977 foi criado o Instituto de Administração Financeira da Previdência e Assistência Social (IAPAS), que providenciou a regularização da propriedade do imóvel. Segundo a escritura consultada, o preço da venda teria sido integralizado em 1979, e, em 25/11/1980 esta foi lavrada em nome do morador, sem qualquer saldo devedor. Este privilegiou-se do Decreto-Lei 1699 de 1979<sup>11</sup> que cancelou os débitos com o IAPAS inferiores a 3 mil cruzeiros concernentes a operações imobiliárias.

## O ESPAÇO PROJETADO

O conjunto é reconhecível na paisagem urbana por conta do telhado das casas, de baixa inclinação e originalmente de telhas de barro, que funciona como um marco principal (Figuras 5 e 6). Entretanto, apenas o observador mais atento irá perceber nestas casas um conjunto.



Figura 5 - Vista do conjunto onde os telhados se destacam. Fonte: Acervo pessoal de Gabriela C.D. Rambo.



Figura 6 - A vila a partir de uma imagem de satélite. Fonte: Google Earth, 2016.

<sup>9</sup> Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-56793-27-agosto-1965-397202-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 29/10/16.

<sup>10</sup> Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L5049.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5049.htm). Acesso em 29/10/16.

<sup>11</sup> Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/1965-1988/del1699.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/del1699.htm). Acesso em 29/10/16.

Lima e Lay (2011) expõem que a falta de relação com o entorno diferencia a habitação social das outras tanto quanto a configuração arquitetônica. Neste aspecto, podemos inferir que a Vila em questão apresenta ótima integração urbana, isto porque ocupa 2 quadras do tecido e está próxima a ruas movimentadas que dão acesso do Bairro Magalhães ao Centro da cidade (Quadro 2). Segundo os mesmos autores (2011, p. 260) “a continuidade das vias do conjunto no entorno influencia a percepção de integração”. Além disso, ela foi instalada ao lado da centralidade do bairro, composta por uma praça, uma igreja, uma importante escola estadual e um asilo.



Quadro 2 – À esquerda, inserção urbana da Vila. À direita, implantação do conjunto. Fonte: Google Earth, 2016 – adaptado pelas autoras; Mapa Cadastral, 2016 – adaptado pelas autoras.

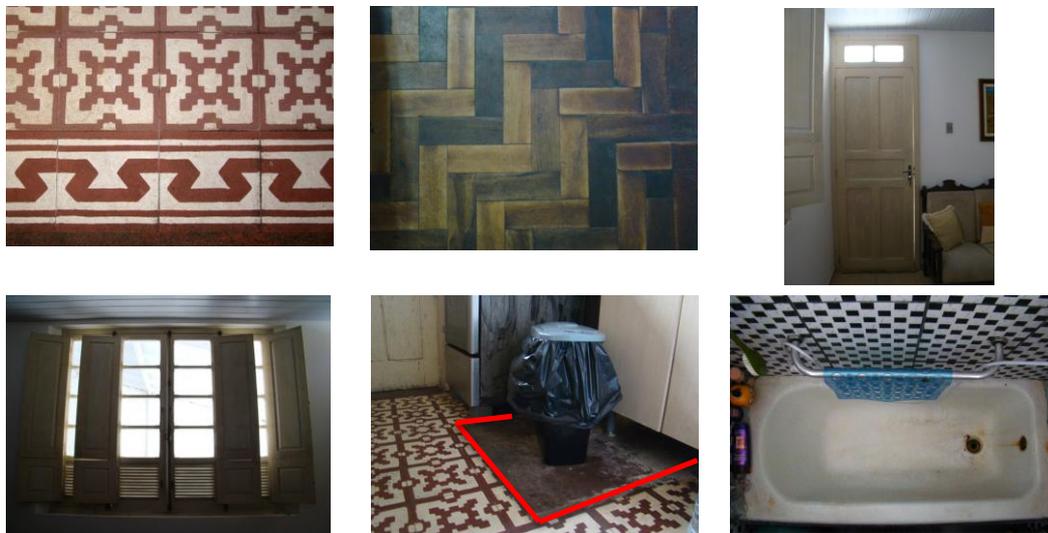
Esta integração somada a outros elementos, como o fato de a Vila não ser limitada por muros e as casas apresentarem o mesmo número de pavimentos do bairro, favorecem a interação social entre os moradores e do conjunto com o entorno (conforme também assinalaram LIMA; LAY, 2011), portanto, contribuem para o sentimento de pertencimento dos moradores ao bairro e à cidade.

Quanto à implantação nos terrenos, nota-se que foram respeitados recuos consideráveis. Segundo Correia (2004), os recuos são marcas do processo de higienização da moradia operária, pois permitem a abertura de janelas em todos os cômodos. Ao mesmo tempo, a autora demonstra que os recuos respondem ao desejo de privacidade da sociedade moderna, já que afastam a casa da rua e dos vizinhos.

Em contraponto, a Vila apresenta dois elementos que potencializam o contato da casa com a rua, ou, da vida privada com a pública. As casas são circundadas por um muro baixo, com base de pedra, e um pequeno portão de ferro. Além do muro, nota-se a presença da varanda como um elemento de transição entre o dentro e o fora. O piso da varanda era originalmente de ladrilhos vermelhos.

O espaço interno da habitação revela outro preceito que a moradia operária moderna herdou do conceito de morada burguesa: a presença de uma planta com os cômodos bem divididos. Como aponta Rolnik (1985), "isolada do espaço da rua, a casa se volta para dentro: internamente dividida em cômodos independentes e especializada funcionalmente, a casa é esquadrihada, segregando usos e contatos." As habitações são envolvidas por paredes duplas. A sala é ampla, com assoalho de tacos, e a entrada se dá por uma porta com bandeira. O espaço apresenta também uma janela de quatro folhas. Já os dois quartos têm tamanho reduzido e o mesmo assoalho de tacos da sala. O banheiro, e especialmente a cozinha têm uma configuração interessante, a última sendo dotada de certa tecnologia construtiva. Mesmo com tamanho reduzido, comportava originalmente um fogão à lenha com serpentina, que aquecia a água que ia

para a torneira da cozinha e para o banheiro. O banheiro, também embora pequeno, apresentava originalmente uma banheira (Quadro 3).



Quadro 3 – No canto superior esquerdo detalhe do ladrilho da sacada; no centro superior o assoalho de tacos; no canto superior da direita a porta com abertura superior para iluminação interna da residência; no canto inferior esquerdo a janela de quatro folhas; no centro inferior a demarcação em vermelho onde se encontrava o fogão a lenha na cozinha; no canto inferior direito a banheira. Fonte: Acervo pessoal de Gabriela C.D. Rambo.

## APROPRIAÇÃO DA ARQUITETURA

*Pois a casa é nosso canto do mundo. Ela é, como se diz freqüentemente, nosso primeiro universo. É um verdadeiro cosmos. Um cosmos em toda a acepção do termo. Até a mais modesta habitação, vista intimamente, é bela. (BACHELARD, 1989).*

Quando se trata de arquitetura do espaço, o ser humano é inconscientemente rebelde. No caso da habitação social, o projeto original é apenas um ponto de partida para uma arquitetura que vai se construir social e cotidianamente a partir do momento em que o espaço é habitado pelo morador.

Habitar torna-se então a afirmação de uma identidade cultural e, ao mesmo tempo uma forma de protesto, pois nega a padronização imposta ao ser humano. É o que Certeau (1998, p. 41) identifica como *táticas cotidianas de resistência*, ou as *maneiras de fazer* do ser humano no processo de apropriação do espaço: “Essas ‘maneiras de fazer’ constituem as mil práticas pelas quais usuários se reapropriam do espaço organizado pelas técnicas de produção sócio-cultural”. Segundo Bachelard (1989, p. 228):

Com efeito a casa é, à primeira vista, um objeto que possui uma geometria rígida. Somos tentados a analisá-la racionalmente. Sua realidade primeira é visível e tangível. É feita de sólidos bem talhados, de vigas bem encaixadas. A linha reta é dominante. O fio de prumo deixou-lhe a marca de sua sabedoria,

de seu equilíbrio. Tal objeto geométrico deveria resistir a metáforas que acolhem o corpo humano, a alma humana. Mas a transposição ao humano se faz imediatamente, desde que se tome a casa como um espaço de conforto e intimidade, como um espaço que deve condensar e defender a intimidade.

Estas formas de apropriação mostram-se desde o momento em que avistamos as casas a partir de fora, da rua. Percebe-se uma união complexa entre individualidade-generalidade. Cada casa tornou-se particular sem, entretanto, perder-se totalmente a composição do conjunto. Mesmo com todas as alterações, as fachadas foram em grande parte preservadas e ainda atuam como elemento de identificação da vila (Quadro 4).





Quadro 4 – Imagens correspondentes às fachadas das casas presentes na Vila em 2016. Fonte: Acervo pessoal de Gabriela C.D. Rambo.

Os muros baixos também foram mantidos na maioria das residências, assim como as varandas. A importância da varanda e do muro baixo enquanto dois dos elementos de ligação e sociabilidade evidenciou-se durante as entrevistas, em que percebemos a forte relação entre os vizinhos.

Uma alteração marcante na fachada foi provocada pela inserção do automóvel na vida cotidiana na passagem da década de 1950 para 1960, levando a construção de garagens anexas às residências e a realização de uma abertura em parte do muro. Com o tempo, este espaço aberto para a garagem em alguns casos veio a se transformar para abrigar outro uso, como um canteiro de flores ou um espaço de estar (Figuras 7 e 8).



Figura 7 – Antes garagem, agora canteiro de flores. Fonte: Acervo pessoal de Gabriela C.D. Rambo.



Figura 8 – Uma foto do jardim de uma das casas. Fonte: Acervo pessoal de Gabriela C.D. Rambo.

A maior parte das modificações foi realizada nos fundos das casas, e suas dimensões são quase imperceptíveis aos olhos dos passantes (Quadro 5). Estas modificações foram analisadas a partir das 6 casas nas quais realizamos entrevista com os moradores.



Quadro 5 – Plantas baixas correspondentes às seis entrevistas realizadas, onde se destacam as modificações em cada residência. Elaborado por Gabriela C. D. Rambo.

A priori, observa-se como o fato do modelo de implantação da vila concentrar-se em residências unifamiliares isoladas no lote favoreceu as ampliações. Entretanto, segundo relato de um dos moradores entrevistados, as modificações passaram a ser permitidas apenas quando a moradia deixou de ser alugada e entrou em processo de negociação via IAPAS. A partir daí, nota-se um encadeamento semelhante ao estudado por Teixeira (2004) quanto ao conjunto Goiania, de Belo Horizonte:

À medida que as pessoas iam vivenciando o espaço, elas puderam perceber a melhor maneira de adaptá-lo ao seu modo de vida. Assim que as condições financeiras permitiam, eram feitas modificações na proposta original. Essas modificações traduziam tanto a adequação do espaço físico para melhor acomodação dos moradores, como a necessidade de representar a singularidade da vida de cada família.

Adentrando o interior das seis casas nas quais realizamos entrevista, percebemos cada uma como um universo moldado pelas vidas que ali habitaram e habitam (Quadro 6). Conforme Bachelard (1989, p. 200) “É preciso dizer então como habitamos nosso espaço vital de acordo com todas as dialéticas da vida, como nos enraizamos, dia a dia, num ‘canto do mundo’”.



Entrevista 1



Entrevista 2



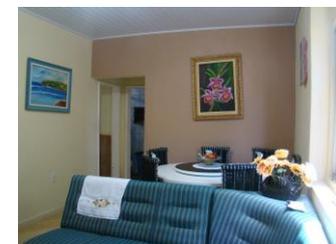
Entrevista 3



Entrevista 4



Entrevista 5



Entrevista 6

*Quadro 6 – Imagens registradas do mesmo ângulo da sala das seis moradias entrevistadas, as quais ilustram as diferentes formas de apropriação e ocupação do espaço por parte dos moradores. Fonte: Acervo pessoal de Gabriela C.D. Rambo.*

Tal qual o processo de apropriação descrito por Passaro (2012, p. 160) quanto ao Conjunto Pedregulho, “os moradores foram se dando uma liberdade com o espaço, encontrando uma outra concepção de ‘morar’ mais compatível com seus desejos menos óbvios, menos captados pela macrolente dos profissionais de habitação. [...]. Finalmente, “apropriar-se” como participação e não como propriedade”. Ainda, de acordo com o estudo de Teixeira (2004, p. 61):

De fato, o morador se relaciona de maneira própria e peculiar com cada espaço que ele freqüenta, tornando o lugar por ele apropriado único, pois ali se expressa a sua maneira de ver e viver o mundo; o espaço é inventado, construído à sua maneira. No momento em que se manifesta essa

identificação, a casa passa a adquirir para o seu morador um valor além de simples abrigo: ela se mostra através de uma objetividade social que se reflete nos intercâmbios subjetivos que ali se realizam, nas manifestações entre os membros da família e como lugar dos sonhos para os seus habitantes.

A condição atual das casas é fruto de um acúmulo de tempo no espaço, possível graças ao fato das famílias habitarem ali por longos períodos. A permanência destas nas casas também está relacionada ao fato da maioria dos moradores ser lagunense e de muitos deles já residirem no Bairro Magalhães anteriormente, fatores que também levam as pessoas a se sentirem pertencentes ao lugar e ali permanecerem.

Durante as entrevistas, os relatos do espaço feitos pelos moradores expressavam a íntima ligação entre a casa e a vida da família. Na verdade, para o morador, não existe um espaço da casa; apenas um espaço da vida. Conforme o conceito de Certeau (1998, p. 202), o espaço “é animado pelo conjunto dos movimentos que aí se desdobram”, é o lugar praticado. As transformações neste espaço são a linha do tempo na história da família que nos foram narradas nas entrevistas. Segundo Certeau (1987 apud DOSSE, 2009, p.92), “Morar é narrar”.

As próprias fotografias dos álbuns de família dos moradores, enquanto narrativas imagéticas, expressam este vínculo com o espaço (Quadro 7). Os registros da casa são fotografias da família que, por sua vez, também estão na casa. Neste sentido, a sala de visitas aparece como um cenário de memórias.



Quadro 7 – Fotografias dos álbuns de família dos entrevistados. Por último, no canto inferior direito, uma imagem da sala de visitas de uma das casas. Fonte: Acervo pessoal de Gabriela C.D. Rambo.

## A SEGUNDA COZINHA

Analisando a configuração das 6 casas em questão, nota-se a criação de uma segunda cozinha como uma modificação fundamental. A presença desta responde a dois aspectos, de ordem histórico-cultural (Figuras 9 e 10).



Figura 9 – A pequena cozinha adaptada para dimensões maiores. Fonte: Acervo pessoal de Gabriela C.D. Rambo.



Figura 10 - Uma cozinha nova anexa a casa. Fonte: Acervo pessoal de Gabriela C.D. Rambo.

A planta da moradia apresenta uma grande contradição. A cozinha se atomiza até chegar ao tamanho mínimo para garantir a eficiência dos trabalhos domésticos, expulsando para a sala a mesa de refeições. Entretanto, este espaço da sala, também passava por modificações conceituais para tornar-se uma sala de visitas, “cartão de visitas ou santuário da TV” (ROLNIK, 1985) seguindo a fórmula de habitar burguesa. A realização das refeições, não cabendo na reduzida cozinha e sendo inconcebível na sala de visitas, exige a ampliação para um novo cômodo. Não obstante, esta nova cozinha, mais ampla, também permite práticas de socialização da família.

Por outro lado, a manutenção de duas cozinhas na mesma moradia também responde a uma tradição luso-brasileira, segundo Maricato (1997, p.31):

A moradia colonial era chamda de ‘fogo’, seguindo a tradição portuguesa, para qual o fogo (fogão) era o local central da vida familiar. No Brasil, devido ao clima mais quente, o fogo é expulso para fora de casa. A cozinha foi localizada inicialmente no exterior: no quintal ou alpendre. [...]. A evolução desta tradição determinou a existência de duas cozinhas nas habitações de classe média ou mais abastada, uma dentro de casa e a outra para os serviços mais sujos e demorados, fora de casa.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em análises pós-ocupacionais, mais frequentemente realizadas em projetos do BNH e do Minha Casa, Minha Vida (MCMV), as modificações das plantas originais das habitações de interesse social por parte dos moradores costumam ser interpretadas como reações a uma arquitetura ruim. Não é o que parece ter acontecido em relação à Vila.

Observando a síntese crítica que Cardoso (2013) apresenta sobre a qualidade arquitetônica e urbanística do MCMV, por exemplo, percebemos que a Vila em estudo opõe-se aos pontos críticos da atual política habitacional brasileira: inserção da tipologia de apartamento onde antes não existia, sem diálogo com o contexto; construção distante de centralidades; produção de conjuntos em grande escala; baixa qualidade arquitetônica e construtiva dos empreendimentos.

As modificações analisadas não negam a arquitetura original, mas a incorporam no processo de criação de uma nova arquitetura que vai corresponder às necessidades impostas pela cultura, às questões de identidade, às alterações na vida familiar do ponto de vista econômico ou às efemeridades das vidas dos moradores.

Mesmo após todas as modificações realizadas ao longo do tempo, a fachada original das casas não descaracteriza-se por completo, fato, este, que denota um sentimento de aceitação dos moradores em relação a esta arquitetura. Mais do que aceitação, o processo de modificação gera um sentimento de orgulho dos moradores em relação a sua obra.

Por outro lado, a vila está bem integrada ao tecido urbano, estando próxima de pontos nodais das redes de sociabilidade do bairro: a praça, uma igreja, um colégio estadual tradicional. Está no caminho de vias de ligação entre dois importantes bairros da cidade: o Centro e o Mar Grosso. Originalmente, localizava-se também próxima ao local de trabalho de seus moradores, o Porto de Laguna. Além disso, a tipologia da Vila dialoga com o contexto, no sentido de serem residências unifamiliares de um pavimento.

Não obstante, se a Vila é um caso de habitação social que deu certo, este fato não se atribui apenas ao projeto arquitetônico. Outras questões fundamentais precisam ser elencadas. Grande parte dos habitantes da Vila são da cidade ou do bairro, portanto, já estavam inseridos em uma rede de relações e convívio que abarcava este território. Já eram pertencentes a este espaço. Esta é uma das grandes problemáticas presente nos empreendimentos do BNH e do MCMV, visto que o processo é exatamente o oposto. Os moradores, ao habitarem estes conjuntos, perdem seus antigos laços de sociabilidade, o que dificulta a integração com o bairro e gera uma condição de segregação.

Muito mais que a arquitetura, as relações sociais mediaram a integração da Vila com o bairro e o sentimento de pertencimento dos moradores.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Caliane Christie Oliveira de. As quatro décadas de atuação dos Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAPs) em Natal-RN: a arquitetura habitacional resultante. In: **Anais do 8 DCOMOMO Brasil**. Rio de Janeiro, 2009.

BACHELARD, Gaston. **A poética do espaço**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

BONDUKI, Nabil; KOURY, Ana Paula (Org.). **Os pioneiros da habitação social: inventário da produção pública no Brasil entre 1930 e 1964**. São Paulo: Editora Unesp, 2014a.

BONDUKI, Nabil. **Os pioneiros da habitação social: Cem anos de política pública no Brasil**. São Paulo: Editora Unesp, 2014b.

CARDOSO, Adauto Lúcio. **O programa minha casa minha vida e seus efeitos territoriais**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: as artes de fazer**. Petrópolis: Vozes, 1998.

CHALHOUB, Sidney. **Cidade Febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

CHOAY, Françoise. **O urbanismo**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2005.

CORREIA, Telma de Barros. De vila operária a cidade-companhia: as aglomerações criadas por empresas no vocabulário especializado e vernacular. **R. B. Estudos Urbanos e Regionais**. Nº4. Maio 2001

CORREIA, Telma de Barros. **A Construção do Habitat Moderno no Brasil - 1870-1950**. São Carlos: Rima Editora, 2004.

DOSSE, François. O Espaço Habitado segundo Michel De Certeau. **Artcultura, Uberlândia**. V.15, n.27, p.85-96, jul.-dez. 2013

ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Boitempo, 2008.

LIMA, Márcia Azevedo de; LAY, Maria Cristina Dias. Efeitos da implantação de conjuntos habitacionais na interação social. **Anais do 2º. Simpósio Brasileiro de Qualidade do Projeto no Ambiente Construído. Rio de Janeiro**. 03 e 04 de Novembro de 2011. Disponível em: <<http://www.iau.usp.br/ocs/index.php/sbqp2011/sbqp2011/paper/viewFile/243/181>>. Acesso em 14/10/16.

LUCENA, Liliane Monfardini Fernandes de. **Laguna de Ontem e Hoje: Espaços Públicos e Vida Urbana**. Mestrado em Geografia. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 1998.

MARICATO, Erminia. **Habitação e cidade**. São Paulo: Saraiva S.a. Livreiros Editores, 1997.

MORIN, Edgar. A entrevista nas ciências sociais, no rádio e na televisão. In: MOLES, Abraham et al. **Linguagem e cultura de massa: televisão e canção**. Petrópolis: Vozes, 1973.

PASSARO, Clara. Dos espaços de apropriação: o Minhocão de São Cristóvão. **Revista Redobra**. N. 10. Ano 3. 2012. Disponível em: <[www.redobra.ufba.br](http://www.redobra.ufba.br)>. Acesso em 12/10/16.

ROLNIK, Raquel. Lar, doce lar... (a história de uma fórmula arquitetônica). **AU - Arquitetura e Urbanismo**. São Paulo, v.ano 1,n.3, 1985.

TEIXEIRA, Maria Cristina Villefort. **Espaço Projetado e Espaço Vivido na Habitação Social: os conjuntos Goiania e Araguaia em Belo Horizonte**. Universidade Federal do Rio de Janeiro. (Tese de Doutorado). 2004. Disponível em: <[www.ippur.ufrj.br/download/pub/MariaCristinaVillefortTeixeira.pdf](http://www.ippur.ufrj.br/download/pub/MariaCristinaVillefortTeixeira.pdf)>. Acesso em 02/10/2016.